

CISTERNAS PROMOVEM ESPERANÇA E CIDADANIA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

O Nordeste, uma das cinco regiões brasileiras, contém a totalidade dos ambientes semi-áridos do país, numa área contínua de 950.000 Km², ou seja, 58% do seu território e 11,18% do nacional.

“Sob o ponto de vista natural é a semi-aridez que singulariza o Nordeste em relação às demais regiões do país”. (Andrade *Apud* BNB, 2005:11).

“O Nordeste é a segunda região mais populosa e a mais dividida do ponto de vista político-administrativo, abrangendo 9 dos 27 estados da federação”. (Andrade *Apud* BNB, 2005:11).

Dos 59 milhões de nordestinos, cerca de 36 milhões estão na região Semi-Árido brasileira (SAB), além disso, é considerada a área semi-árida mais populosa e a que mais chove no mundo. Dos 5.500 municípios brasileiros, 1/5 estão no SAB, inclusive a grande maioria dos municípios com baixo IDH.

“Modernamente a semi-aridez é definida por um conjunto determinado de características: pluviometria; temperatura, critérios de natureza geoecológicas, geomorfológicas, geosistêmicas e unidade de paisagens que incidem sobre uma região”. (Proposta de Dimensionamento do Semi-Árido Brasileiro, 2005)

Joseilton Evangelista

Joseilton Evangelista é coordenador do Programa de Apoio à Agricultura Familiar da Diocese, técnico em agropecuária e cursa Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. É fundador do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá em Pernambuco. É consultor em agroecologia e sistemas agroflorestais para organização da sociedade civil e órgãos oficiais do governo no Brasil.

Rev. Arnulfo Barbosa

Arnulfo Alves Barbosa Filho é diretor executivo da Diocese, sociólogo, teólogo e Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Desde 1996 está na diretoria executiva da Diocese. Coordena o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) no Nordeste. É membro titular do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (Consea) e membro suplente do Consea Nacional. Foi um dos fundadores da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), do Núcleo Nordeste da Fraternidade Teológica Latino Americana e da Comissão Brasileira de Evangelização.

Abstract: Brazil. North East, a reality of arid environment, poverty and illiteracy. The main problem being the entrenched privileges for some and absolute exclusion for many. A political issue! Water – Brazil has 12% of the world fresh water reservoir, so the need to make this water accessible to the people is again a political issue. The role of “Diocenia” in these efforts.



O clima é semi-árido quando há baixa pluviometria, ou seja, acima de 300 milímetros e menos que 800 ao ano; muita irregularidade no regime das chuvas, altas temperaturas médias anuais, solos rasos, rios temporários e predominantemente o bioma Caatinga.

Esse bioma é conhecido como mata-branca pelos nativos tapuias com uma grande diversidade faunística: 148 espécies de mamíferos; 348 espécies de aves; 107 espécies de répteis e 47 espécies de anfíbios. Toda sua área conta com aproximadamente 82 milhões de hectares. Nos anos 60, 88% na nossa caatinga apresentava-se preservada. Hoje contamos com apenas 28%. A dita modernização da agricultura brasileira apresenta como características a forte destruição ambiental e a concentração de terra.

Na região um dos maiores e graves problemas é a desertificação. Estudos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-PB) indicam que os solos têm em média 60% da fertilidade apresentada na década de 60. Avalia-se que 68% do semi-árido está em grave processo de desertificação. Esse processo de desertificação é resultado de uma lógica insustentável da economia de não percebe as especificidades e condições locais do ambiente.

Até recentemente o imaginário brasileiro associava o SAB ao sofrimento, miséria, desesperança, paisagens tórridas, solos rachados, esqueletos de animais, famílias retirantes, de tal sorte que o projeto de vida de grande parte da juventude era emigrar, assim como fizeram os retirantes de décadas passadas que migraram aos milhares para os grandes centros urbanos do Nordeste, Sudeste e Centro Oeste, durante a ocorrência das longas secas. Estes fizeram crescer as metrópoles nordestinas, alargaram e ampliaram as novas fronteiras agrícolas, edificaram a nova capital federal – Brasília, desenvolveram o Rio de Janeiro e São Paulo, transformando-as em duas das maiores concentrações de nordestinos do Brasil.

A estrutura política, social e econômica do SAB

O SAB forma com os bairros da periferia do Rio de Janeiro e de São Paulo as três áreas de maior concentração de pobreza do país, distinguindo-se daquelas por seu caráter rural.



“A pobreza rural nordestina é essencialmente a pobreza típica de sociedades tradicionais que se situam à margem do crescimento urbano-industrial. Os pobres são numerosos e formam uma população relativamente homogênea quanto a suas características. A chefia feminina é relativamente baixa (16%). A maioria dos chefes de família é analfabeta (59%), sendo que mais de 1/3 tem escolaridade e vivem na condição de trabalho por conta própria (63%). Isso significa que se dedicam à pequena produção agrícola destinada ao autoconsumo gerando pequeno ou nenhum excedente comercializável”. (Rocha 2003: 182).

O senso comum brasileiro atribui a pobreza do SAB às condições climáticas. É verdade que secas prolongadas acentuam a vulnerabilidade desta população e reforçam o imaginário de miserabilidade. Entretanto, essa leitura não explicita adequadamente as causas da pobreza relacionadas à concentração dos meios de produção em mãos de poucos à histórica ausência do Estado.

Como se diz popularmente: o problema do SAB não é a seca, mas a cerca que impede as populações pobres de acessarem à terra, à água, à assistência técnica, ao crédito, aos serviços básicos de saúde, à educação, ao apoio para geração de renda e comercialização - privilégios de uma elite.

Cerca de 50% dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil estão no Nordeste e estes dispõem de apenas 4,6% da terra agricultável da região.

Outro entrave à democratização dos meios de produção do SAB é a representação política majoritariamente conservadora, oligárquica, comprometida com práticas políticas clientelistas que protagonizaram, por exemplo, a famigerada indústria da seca, que se beneficiava da comoção provocada pelas secas para atrair investimentos públicos em favor das populações acometidas. Esses recursos eram investidos em frentes de emergência para construção de obras de infra-estrutura - açudes, poços artesanais, pontes, estradas e outras benfeitorias. Na maioria das vezes, tais investimentos terminavam por promover melhoria dos grandes latifúndios e reforçavam o modelo vigente de concentração dos meios de produção e poder político.

Mas há uma notícia nova, alvissareira, boa, é que este quadro, outrora estático, petrificado, aparentemente imutável, começa finalmente a dar sinais de mudanças, conforme atestam diversos estudos.

Estudos recentes de duas conceituadas instituições brasileiras, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sinalizam um novo momento na vida brasileira, com indícios importantes de alteração.

Dados de pesquisa do IBGE sobre o comportamento das vendas no comércio varejista (Pesquisa Mensal do Comércio) mostram duas outras novidades: nos anos recentes, o consumo das camadas mais pobres cresce a taxas chinesas, puxando as vendas no varejo em todo o país, e a liderança nesse comportamento fica com os estados mais pobres do Norte e Nordeste. (Bacelar, 2007)

E um dos vetores desta mudança foi a retomada da luta pela democratização do acesso à água, empreendida pela sociedade civil.

Os sinais de mudanças nos remetem a um processo anterior preparado pela sociedade civil e potencializado a partir da década de 90. Tal processo aponta para uma ênfase ou postura que foi agregar à tradicional forma de luta, através de denúncias, uma nova ação de natureza propositiva, voltada para acompanhar e propor políticas públicas fundadas na efetivação dos direitos constitucionais dos cidadãos. Outro fator de influência nas mudanças é a reafirmação do paradigma “de convivência com o semi-árido”, focado fortemente na democratização do acesso à água. Por fim, também contribui para esse novo cenário a chegada ao poder de um governo de base popular que apesar das disputas internas acolheu um conjunto de propostas da sociedade civil contribuindo também para mobilizá-la.

A questão hídrica no SAB

O Brasil abriga de 10 a 12% da água potável do mundo. O Nordeste tem 4,75% desta água. O SAB é marcado por terrenos cristalinos de depressão com grande densidade e elevada frequência de rios e riachos intermitentes (não contínuos) ou com escoamento espasmódico. Nas áreas sedimentares, por outro lado, a pequena frequência de rios e riachos é compensada por um maior potencial de recursos de águas subterrâneas. (Proposta de Dimensionamento do Semi-Árido Brasileiro, 2005).

A exceção neste quadro fica por conta de dois grandes rios perenes que atravessam parte da região: o São Francisco que nasce no Sudeste atravessa o semi-árido de quatro estados do Nordeste, desaguando no oceano Atlântico; e o rio Parnaíba que divide os estados do Piauí e Maranhão, nasce na região Centro Oeste e deságua no Nordeste Setentrional. Rios importantes na geração de energia, para o abastecimento das cidades e de água para os perímetros irrigados.

Não obstante este cenário de déficit hídrico, a região Nordeste onde está localizado o semi-árido, existe o maior número de grandes, médios e pequenos açudes do mundo. Alguns números dão conta de mais de 70 mil unidades construídas, ou

seja, esta região possui a maior quantidade de açudes existentes no planeta. Sendo assim, o SAB tem um imenso estoque de águas cercadas, potencial que corresponde a 37 bilhões de metros cúbicos de água. (Potencialidades do Semi-Árido – Manoel Bonfim – DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Pelos cálculos da Agência Nacional das Águas (ANA), 750 bilhões de metros cúbicos de água precipitam e passam pelo semi-árido anualmente aproximadamente.

Foi a partir desta estrutura fechada, centralizadora, quase inexpugnável que a sociedade civil agiu criativamente, recolocando na pauta a discussão sobre a democratização do acesso à água de chuva para matar a sede humana, a partir da construção de cisternas de placa.

Água como instrumento de democratização e formação cidadã

A luta pela democratização dos meios de produção do SAB é antiga, difícil e pouco exitosa. As condições para mudança começaram a se dar a partir do início da década de 90, no rastro do processo de abertura democrática que vinha num crescente desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 animando a atuação da sociedade civil.

A eclosão de mais uma grande seca em 1993 ensejou o reencontro dos grandes atores sociais como sindicatos e federações de trabalhadores rurais, pastorais católicas, movimentos populares, especialmente o Movimento dos Sem Terra, ambientalistas, cooperativas, organizações não-governamentais (ONGs) desenvolvimentistas, Agências da Cooperação Internacional, Ecumênicas e Laicas. Ensejou também a revisão de antigas práticas e estratégias, revigorou a força de antigos atores, agregou novos atores e acima de tudo marcou o início desta nova fase positiva.

Na seca de 1993, o governo sinalizou a retomada das “tradicionalis” frentes de emergência, as tais da indústria da seca mencionadas anteriormente. A sociedade civil, liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) apresentou uma proposta alternativa. Ante a resistência do governo, invadiu o prédio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), instituição federal que atuava no âmbito do desenvolvimento regional. Foi criado o fato político necessário ao estabelecimento do diálogo.

A proposta consistia basicamente no redirecionamento das frentes de emergência que passariam a atuar na construção de obras de infra-estrutura comunitárias e outras ações de formação voltadas para trabalhadores rurais. Estas deveriam ganhar um caráter permanente e estar sob estrito controle social.

A sociedade civil aprendeu que as mobilizações que aconteciam sempre nos momentos de seca precisavam assumir um caráter permanente condizente com o paradigma da convivência com o semi-árido, permitindo assim uma maior incidência sobre as políticas públicas. Essas mobilizações aconteciam simultaneamente nos diversos estados e no conjunto do SAB.

Três processos desenvolvidos entre 1993 e 1998, época da eclosão de uma nova seca, foram importantes para o desenvolvimento de uma estratégia focada na construção de cisternas de captação de água de chuva que escorrem pelos telhados das casas das famílias. A primeira foi o aprimoramento do documento entregue a Sudene, que doravante tornou-se referência para ações permanentes no semi-árido. O segundo, um conjunto de projetos, desenvolvidos por pastorais católicas e ONG's, voltados para o fortalecimento e gestão de projetos comunitários. Tais experiências deixaram importantes aprendizados.



O terceiro fator foi o processo de aproximação de um grupo de 10 agências da cooperação internacional e ou multilaterais, com escritório no Recife, que se encontravam periodicamente para refletir sobre ações conjuntas e dar visibilidade às alternativas empreendidas para convivência com o semi-árido. A Diaconia participou como convidada deste grupo.

A seca de 1998 ajudou a revigorar as mobilizações que por vezes claudicavam. No final deste ano, o governo brasileiro convidou a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca – COP 3 da ONU, para reunir-se em agosto de 1999 em Olinda, Pernambuco.

A COP 3 instigou a sociedade civil a preparar uma conferência paralela que aconteceu com importantes resultados: discutiu a desertificação no SAB, reivindicou a participação da sociedade civil na elaboração do futuro Plano Nacional de Combate à Desertificação, propôs ao governo federal um amplo programa de democratização da água de beber para as populações dispersas do SAB designado de Programa Um Milhão de Cisternas e produziu um importante documento intitulado A Declaração do semi-árido, no qual amplo leque de campos articulavam-se, pela primeira vez, em torno de interesses comuns.

Simultaneamente a conferência levantava o paradigma da “convivência com o semi-árido” em contraposição ao combate à seca preconizado até então pelo governo federal como uma bandeira.

No entorno desta mobilização, da qual participaram cerca 40 redes, fóruns e instituições nasciam a Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA), que veio a formalizar-se nos primeiros meses do ano seguinte. (Documento do P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – ASA). Atualmente a ASA é composta por mais de 700 instituições.

Resultados tangíveis das mobilizações no SAB após a conferência paralela a COP 3 em 1999.

As questões macro-estruturais do SAB continuam quase intocadas, a reforma agrária é tímida, as águas dos grandes açudes continuam cercadas e as oligarquias rurais continuam muito fortes, como demonstra a imposição do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, uma obra avaliada em 5 bilhões de dólares, profundamente criticada por amplos setores da comunidade científica e pela sociedade civil. Entretanto, mesmo com este quadro defendido ferrenhamente pelas oligarquias rurais houve importantes mudanças nos últimos cinco, sete anos, que se contrapõem à tradicional concentração de renda.

É importante ressaltar novos atores que se somaram à luta como os movimentos feministas e de juventude e as populações tradicionais (índios, quilombolas e ribeirinhos) trazendo ânimo novo para a caminhada.

Seguem alguns exemplos de políticas e programas públicos que vem promovendo mudanças especialmente após o governo Lula da Silva.

- 1 O Bolsa Família - programa de transferência de renda. Em 2006, 10 milhões de domicílios receberam dinheiro de programas sociais (IBGE, 2006);
- 2 Luz para Todos – programa de eletrificação rural que visa universalizar o acesso a energia elétrica;
- 3 Aprimoramento e ampliação substancial do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf);
- 4 Ações relacionadas às políticas de Segurança Alimentar com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- 5 Programas elaborados pela ASA de forma participativa e executados em parceria com o governo federal: P1MC e P1+2.
- 6 Interiorização de universidades, escolas técnicas e a fundação de centros de estudos e pesquisas voltados para o SAB.

A participação da Diaconia enquanto instituição do campo evangélico

O Nordeste é a quarta região brasileira com menor percentual de evangélicos. Diferentemente das outras regiões do país como o Sul e o Sudeste que receberam expressivas imigrações de europeus e norte-americanos protestantes ligados à vida rural a partir da segunda metade do século XIX. Do Sul e Sudeste, eles migraram para o Centro Oeste e Norte, abrindo novas fronteiras agrícolas a partir da década 70.

Outros fatores explicam a pequena participação evangélica nas lutas por políticas públicas no SAB. O seu caráter mais urbano, a ausência de leitura crítica da realidade, assim como de uma doutrina diaconal que embasa a ação das Igrejas na lógica pública.

A presença da Diaconia

A Diaconia é uma instituição cristã, fundada por 11 igrejas evangélicas, em 1967, com quase 41 anos de atuação e sediada no Nordeste há 25 anos.

Nos últimos 11 anos, a Diaconia reavaliou sua caminhada passando por uma profunda reestruturação.

Um dos focos de sua atuação passou a ser a educação dos parceiros locais com vistas à promoção da cidadania, do protagonismo das famílias e comunidades, atuação em rede e articulações visando a construção de políticas públicas justas e eficazes.

A Diaconia teve a felicidade de reformar-se a tempo para contribuir com os protagonistas deste rico processo de mudança que ocorria no SAB notadamente a partir de 1998.

A contribuição da Diaconia se deu em quatro dimensões principais: política; técnica-metodológica; administrativa e financeira e interconfessional e ecumênica.

Na dimensão política, ressaltamos a intensa participação nos diálogos das agências de cooperação e entidades multilaterais, posteriormente nos grupos de trabalho que definiram e realizaram a Conferência paralela a COP 3 e posteriormente estruturaram a ASA e o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) contribuindo na sua concepção e implementação.

A Diaconia integrou o Grupo de Trabalho designado de GT Cisterna que elaborou o Termo de Referência para a construção coletiva do P1MC e assessorou posteriormente toda a elaboração do programa.

Na dimensão administrativa, deu suporte administrativo, jurídico e financeiro durante os quatro primeiros anos da ASA até a criação da Associação Programa Um Milhão de Cisterna (AP1MC) que assumiu posteriormente as funções inicialmente desempenhadas pela Diaconia, como braço operativo da ASA.

Na dimensão interconfessional e ecumênica, Diaconia contribuiu ampliando significativamente a participação evangélica e o caráter ecumênico e plural da articulação.

Ações da Diaconia

A Diaconia é uma instituição de inspiração cristã e de vocação diaconal e entende que o seu compromisso inalienável é com a defesa e a promoção da vida. A Diaconia tem por objetivo, contribuir, ao lado de outros atores, para a garantia de direitos da população excluída da região Nordeste do Brasil de modo que se potencialize o trabalho na busca do pleno exercício de cidadania dos setores excluídos da sociedade.

A Missão da Diaconia é “contribuir para a construção solidária da cidadania e a garantia dos direitos humanos da população excluída na perspectiva da transformação social, preferencialmente na região Nordeste do Brasil”.

Tem como objetivos específicos: Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar Agroecológica com foco na região Semi-Árida; Favorecer o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, norteado pela doutrina da proteção integral; e Estimular as igrejas a desempenharem seu testemunho diaconal e seu papel público e transformador.

No Nordeste, a Diaconia tem estabelecido parcerias no apoio às comunidades urbanas e rurais de três regiões metropolitanas e dois territórios dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, atuando diretamente em mais de 40 municípios e beneficiando, direta e indiretamente, aproximadamente 150 mil pessoas. Em Pernambuco, a Diaconia atua na Região Metropolitana do Recife e Sertão do Pajeú; no Rio Grande do Norte, na Região Metropolitana de Natal e Sertão Oeste do estado; e no Ceará, na Região Metropolitana de Fortaleza.





• Segurança hídrica

A Diaconia desempenha no Programa Um Milhão de Cisternas um papel de gestora em 44 municípios, exercendo a função de articuladora e mobilizadora de atores locais. Até dezembro de 2007, o P1MC no seu conjunto contribuiu para a construção de 221.514 cisternas em 1.031 municípios, beneficiando um milhão de pessoas, totalizando 228.541 famílias mobilizadas.

Iniciado em julho de 2003, o P1MC vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do semi-árido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias agricultoras, com uma proposta de educação processual. O objetivo do P1MC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda região semi-árida, com água potável para beber e cozinha, através das cisternas de placas.

Cada cisterna tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água. Essa água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados. Com a cisterna, cada família fica independente, autônoma e com a liberdade de escolher seus próprios gestores públicos, buscar e conhecer outras técnicas de convivência com o semi-árido, além de desfrutar de mais saúde e tempo para cuidar das crianças, dos estudos e dos projetos de vida.

A cisterna é construída por pedreiros das localidades, formados e capacitados pelo P1MC e, pelas próprias famílias, que executam os serviços gerais de escavação, aquisição e fornecimento da areia e da água. Os pedreiros são remunerados e a contribuição das famílias nos trabalhos de construção se caracteriza com a contrapartida no processo. Se a água da cisterna for utilizada de forma adequada – para beber, cozinhar e escovar os dentes – dura, aproximadamente oito meses para uma família de cinco pessoas.

Além do P1MC, participamos e contribuimos na construção, elaboração e execução do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), cujo objetivo é ir além da captação de água de chuva para o consumo humano, avançando para a utilização sustentável da terra e o manejo adequado dos recursos hídricos para produção de alimentos e conseqüente geração de renda. O “1” significa terra suficiente para que nela seja desenvolvidos processos produtivos visando segurança alimentar e nutricional, e o “2” corresponde a duas formas de utilização da água – água potável para cada família do Semi-Árido e água para a produção agropecuária, de forma que as famílias de agricultores vivam dignamente.

Em janeiro de 2007, o P1+2 iniciou sua fase demonstrativa, na qual desenvolveu uma maior interação entre as experiências de manejo produtivo e sustentável da terra e dos recursos hídricos. De maneira participativa, desencadeou-se um processo de mapeamento, intercâmbio, sistematização e implementação de experiências. As atividades propostas para fase demonstrativa



do P1+2 atingiram diretamente 96 comunidades de 10 estados, destes, 9 na região Nordeste e 1 no Sudeste. Foram construídas 144 tecnologias de captação de água de chuva para a produção de alimentos. Essas tecnologias, também conhecidas por implementações ou experiências, beneficiaram 818 famílias. Os resultados dessa fase vêm servindo como base para a segunda fase de implantação do Programa 1+2 numa escala maior (ASA BRASIL, 2002).

Outra dimensão que Diaconia investiu esforços foi no Projeto da Bomba Popular (BAP) voltado para restaurar poços tubulares com até 80 metros de profundidade em várias comunidades do semi-árido. Esta tecnologia tem como principal objetivo fornecer água às comunidades para produzir alimentos, dar de beber aos animais e para suprir as necessidades em geral como, os afazeres domésticos e a higiene pessoal. Geralmente, cada BAP beneficia aproximadamente 12 famílias.

Contribuímos para a construção do plano de monitoramento participativo do Programa Um Milhão de Cisternas, colhendo dados junto às famílias agricultoras beneficiárias do Programa aspectos relacionados à saúde, gênero e cidadania. De um modo geral, o monitoramento apontou a melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa, sobretudo no quesito da participação das mulheres e melhoria da saúde, reforçando fortemente a pesquisa realizada há cerca de dois anos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o qual apontou que a água da cisterna é umas das melhores para beber.

Participamos em parceria com a Tearfund, agência evangélica inglesa de cooperação, de outubro de 2007 a janeiro de 2008, de uma pesquisa sobre água e mudanças climáticas no Baixo rio Jaguaribe. Esta pesquisa foi realizada em paralelo com outra no Níger, país africano e visa subsidiar governos, agências de cooperação e instituições da sociedade civil nas suas políticas e programas voltados para responder aos desafios advindos das mudanças climáticas.

Também integramos dois espaços que discutem e procuram influenciar a macro política hídrica da região. A primeira é o Comitê das Bacias Hidrográficas do estado de Pernambuco e o segundo é o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), constituído por dezenas de instituições brasileiras parceiras de um grupo de agências da cooperação ecumênica européia





que trabalham focadas nos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhes-cas) e que produziu importante documento sobre as violações de direitos no contexto da transposição das águas do rio São Francisco.

• Segurança alimentar

Direito à alimentação através da produção agroecológica sem utilização dos inseticidas, conservando solo, água e vegetação, é um dos principais compromissos assumidos pela Diaconia na sua ação direta com as famílias agricultoras.

A diversidade de alimentos nos sistemas agroecológicos propicia mais saúde, e uma alimentação equilibrada garantindo segurança alimentar às famílias agricultoras. A criação animal, o cultivo de produtos agroecológicos e as tecnologias de armazenamento de água aplicadas dentro de uma metodologia de construção de conhecimento, têm mudado a vida de várias famílias nas regiões que trabalhamos.

A sustentabilidade hídrica e alimentar será alcançada a partir do momento em que a população do semi-árido, principalmente as famílias agricultoras, chegar a uma capacidade de estocagem de água, alimentos e forragem para os animais, em quantidade suficiente para responder à demanda. Não basta apenas construir depósitos de água e facilitar o acesso das famílias aos meios de produção.

A sustentabilidade só será alcançada a partir do momento em que considerarmos as várias dimensões de intervenção socioambiental do nosso trabalho. Tais dimensões se traduzem na intervenção em redes e articulações; na articulação de políticas públicas locais que melhorem a condição de vida das famílias agricultoras; no desenvolvimento de metodologias a partir de um exercício de envolvimento de organizações da sociedade civil, das famílias agricultoras e do poder público local; na construção, aplicação e divulgação de conhecimento agroecológico, processo indispensável para a evolução dos sistemas de produção; e no desenvolvimento de tecnologias e propostas

de convivência com o semi-árido, através da aplicação e gestão dos conhecimentos gerados de forma participativa.

Relações com igrejas locais

A Diaconia, no intuito de fortalecer a relação com as Igrejas Evangélicas, tem discutido e proposto ações que levem a um processo de descortinamento do papel sociopolítico desse atores.

A relação tem se dado na perspectiva de agregar o potencial das Igrejas para as causas sociais, uma vez que esses problemas estão imputados nas comunidades próximas às Igrejas.

A abordagem essencial da Igreja Cristã necessita estar integrada à transformação social para que pessoas excluídas e sem condições de esperança alcancem outro patamar no qual sejam reconhecidos e respeitados seus direitos. O evangelho de Jesus Cristo traz no seu cerne a preocupação por justiça e por uma vida abundante, tendo delegado à Igreja o papel de ser agente desta transformação.

Nesse intuito, a Diaconia tem animado diversas Igrejas a participar de espaços públicos visando a promoção de mudanças sociais. Algumas igrejas têm compartilhado com a Diaconia a vivência em espaços de atuação política, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas e Fóruns Municipais de Políticas Públicas no Oeste Potiguar do Rio Grande do Norte, nos quais acontecem debates, construção e monitoramento de políticas sociais. Em 2007, a Diaconia realizou o Seminário sobre Políticas Públicas, em Umarizal, que contou com o envolvimento de Igrejas sensibilizadas na articulação de pessoas e condução de discussões e proposição de ações concretas ao poder público local. A partir de organismos constituídos no espaço eclesial pretendemos avançar nesse processo.



No território do Sertão do Pajeú no estado de Pernambuco, área de atuação da Diaconia, tem havido uma priorização do trabalho de articulação e mobilização de Igrejas para sua participação e debate sobre políticas públicas para a agricultura familiar no semi-árido com ênfase no acesso à água. Através dos fóruns de políticas públicas e conselhos municipais, as Igrejas locais têm sido chamadas para contribuir com seu papel de ator político importante. A partir da implementação de iniciativas que buscam a construção solidária da cidadania, as Igrejas contribuem efetivamente para mobilização e articulação de comunidades pobres.

As experiências vivenciadas em Pernambuco e no Rio Grande do Norte são exemplos animadores de envolvimento e compromisso de Igrejas. Esta realidade contribui para uma maior e melhor expressão do trabalho de Diaconia.

Estratégias de atuação local

O Programa Municipal de Convivência com o Semi-Árido (PMCSA) tem sido uma das principais estratégias de descentralização da gestão e implantação de ações de convivência com o semi-árido. O PMCSA favorece um relacionamento direto entre as entidades da sociedade civil, principalmente através de fóruns e conselhos municipais, e o fortalecimento e organização da sociedade civil, bem como a sua qualificação para influenciar políticas públicas.

O sucesso dessa estratégia depende da existência do fórum de organizações da sociedade civil organizado, do interesse das organizações locais e do compromisso do poder público. As atividades estratégicas para implementação do PMCSA se dão a partir da construção coletiva das organizações presentes no processo e, em geral, se configuram da seguinte forma:

- Seminários para discutir o papel político das entidades da sociedade civil e a importância de unirem-se para enfrentar os problemas que são comuns;
- Cursos sobre formação agroecológica e cidadania;
- Organização de iniciativas de fundos rotativos solidários nas comunidades, para ações de convivência com o semi-árido: cisternas, criação animal, organização de banco de sementes, etc.;
- Implantação de experiências com produção agroecológica e acesso aos mercados locais;
- Visitas de intercâmbio entre famílias agricultoras a experiências exitosas;
- Articulação, negociação e reivindicação de políticas públicas para agricultura familiar;
- Organização/reorganização de fóruns locais, com participação exclusiva da sociedade civil (Associações, Sindicatos, ONG's, Igrejas, Cooperativas e Movimentos Populares);

- Execução de ações públicas para promover a convivência com o semi-árido: cisternas, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, criação animal, aquisição de alimentos da agricultura familiar;
- Diagnósticos, elaboração e negociação de projetos técnicos, na linha da convivência com o semi-árido, com conselhos e governos ou outros financiadores.

Acesso aos mercados (feiras agroecológicas e mercado institucional)

Levando produtos de qualidade ao consumidor final e contribuindo com a saúde das pessoas, as feiras agroecológicas se estabelecem como um importante elo de aproximação entre as famílias agricultoras e urbanas.

As experiências de acesso ao mercado acompanhadas pela Diaconia acontecem nos territórios do Sertão do Pajeú, em Pernambuco, e Oeste no Rio Grande do Norte. Nestas iniciativas há uma boa participação das mulheres tornando-as protagonistas das dinâmicas de desenvolvimento local sustentável.

As feiras agroecológicas geram renda para as famílias agricultoras e possibilitam uma melhor qualidade de vida. As famílias também comercializam a produção agroecológica na própria comunidade, um espaço interessante de geração de renda.

Vender na comunidade gera menos trabalho e os custos com o transporte da produção são reduzidos. As famílias agricultoras a partir da produção e de sua organização já estão experimentando o processo de comercialização no mercado institucional, ou seja, para os programas governamentais.



Inserção da Diaconia em Redes e Articulações

A inserção em redes e articulações é outra dimensão importante na atuação da Diaconia. No âmbito do semi-árido brasileiro, destacamos as seguintes articulações da sociedade civil:

- Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA);
- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
- Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER Nordeste).

Na Rede ATER Nordeste, estão articuladas 13 organizações que atuam na região no campo da agroecologia. As experiências desenvolvidas nos projetos da Rede ATER ajudam a subsidiar a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo Federal.

Participamos ativamente nos conselhos de segurança alimentar e nutricional de Pernambuco e Rio Grande do Norte, contribuindo com a divulgação e disseminação do conjunto de experiências desenvolvidas por famílias agricultoras. Além disso, fazemos parte do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco, espaço de discussão sobre as políticas públicas para a agricultura familiar.

Eventos de dimensão regional e nacional

Através das articulações da sociedade civil, a Diaconia tem investido para a realização de grandes encontros promovidos pela ANA e ASA.

No I e II Encontro Nacional de Agroecologia, eventos que congregam famílias agricultoras das 5 regiões no Brasil, se expressa a grande diversidade das experiências agroecológicas e a riqueza da agricultura familiar. Nos Encontros Nacionais da ASA, a situação não é diferente, só que específica do semi-árido. São grandes momentos de mobilização política, de defesa e de luta pelos direitos da agricultura familiar e pela importância do seu reconhecimento como categoria que mais gera emprego e produz alimentos para a sociedade brasileira.

Todos estes elementos são destacados na construção das Cartas Políticas, instrumento que expressa diretrizes e posicionamentos políticos das articulações relacionadas às temáticas vinculadas a sua prática de atuação.



* Rev. Arnulfo Barbosa é diretor executivo da Diaconia e Joseilton Evangelista coordena o Programa de Apoio à Agricultura Familiar da instituição.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. *A Máquina da Desigualdade, Lê Monde Diplomatique* Brasil, 2007.

BNB/FUNCEME – Proposta de Dimensionamento do Semi-árido Brasileiro. Fortaleza. 2005.

BONFIM, Manoel. Potencialidades do Semi-Árido — DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/pressidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1116&id_pagina=1. Acesso em 25 Mar 2008.

P1MC, Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas, 2002.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

